



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

## TERMO DE REFERÊNCIA

**1. Descrição do objeto.**

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de Serviço de Telefonia Móvel Pessoal (SMP) e internet móvel, na modalidade pós-pago, local e longa distância nacional, de forma continuada, com fornecimento de 12 (doze) aparelhos em comodato, com o amparo na Lei nº 14.133/2021, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Descrição dos Serviços	Quantidade
LOTE ÚNICO		
1	Plano pós-pago com ligações ilimitadas e serviço de dados de no mínimo 40GB mensais, somente chip.	115
2	Plano pós-pago com ligações ilimitadas e serviço de dados de no mínimo 40GB mensais, com smartphones em regime de comodato, sendo que deverá fornecer 01 unidade de reserva para fins de substituição imediata em caso de problema em algum aparelho.	12
3	Pacote de dados, no mínimo 80GB mensais, plano pós-pago, cobertura 3G/4G/LTE Advanced ou superior, com Modens USB em regime de comodato.	50

**1.2. Especificações Técnicas Mínimas:****1.2.1. Especificação dos Serviços do quadro acima:**

1.2.1.1. A Contratada deverá entregar o quantitativo de chips e/ou aparelhos, conforme descrito nos itens da tabela do Termo de Referência, com os seguintes requisitos mínimos devidamente ativados:

**Item 1:** Plano pós-pago com **ligações ilimitadas** para qualquer telefone (fixo ou móvel, de qualquer operadora) dentro do Brasil;

- Serviço de dados móveis com franquia mínima de 40GB mensais por chip;
- Cobertura mínima 3G/4G/LTE ou superior;
- Apenas chip, sem fornecimento de aparelho;
- Inclui ferramentas de gestão das linhas contratadas;
- Serviço de mensagens SMS com pacote mínimo de 2000 SMS por linha/mês para qualquer operadora;
- Garantia de roaming nacional ilimitado;
- Cobertura de dados compatível com LTE Advanced e/ou LTE Advanced Pro, em conformidade com a resolução da Anatel, inclusive em cidades com população acima de 30 mil habitantes.

**Item 2:** Mesmo plano descrito no Item 1 (ligações ilimitadas e 40GB de dados mensais);

- Com fornecimento de smartphones em regime de comodato, compatíveis com as tecnologias exigidas (3G/4G/LTE Advanced Pro ou superior).

**Item 3:** Pacote de dados móveis, no mínimo **80GB mensais**, plano pós-pago;

- Com fornecimento de modems USB em regime de comodato;
- Cobertura mínima 3G/4G/LTE ou superior;
- Compatibilidade com tecnologias LTE Advanced e LTE Advanced Pro, conforme diretrizes da Anatel.

1.2.1.2. Uso ilimitado do aplicativo WhatsApp ou outro que venha a substituí-lo e se torne padrão de comunicação por mensagens eletrônicas;

1.2.1.3. Garantia de cobertura e qualidade do sinal nas regiões de interesse da instituição especificadas no subitem 5.2.5 deste Termo;

1.2.1.4. Portabilidade de aproximadamente 100 (cem) números atualmente em uso, sem custo adicional, caso a licitante vencedora seja diferente da atual Contratada;

1.2.1.5. A Contratada deverá fornecer 5% da quantidade de chips, de forma adicional sem custo adicional ao Tribunal, como reserva técnica, para substituição rápida de chips defeituosos;

1.2.1.6. Fornecimento de SIM Card ou e-SIM.

**1.2.2. Especificações e exigências quanto ao aparelho celular em comodato:**

- a) Smartphone com sistema operacional iOS 18 ou versão mais atualizada;
- b) Processador com no mínimo 6 núcleos, sendo, no mínimo, 2x 4,05 GHz + 4x 2,42 GHz, ou superiores;
- c) Chipset A18 Pro ou superior;
- d) O Processador deverá possuir recursos Neural Engine como acelerador das operações de IA.
- e) Tela Super Retina XDR OLED de 6,9 polegadas com resolução de 2868 x 1320 pixels a 460 ppi; deverá possuir tecnologia ProMotion, HDR10 e Dolby Vision;
- f) Dual SIM (suporte eSIM e nano SIM);
- g) Bateria Íons de Lítio de no mínimo 4.685 mAh;
- h) Porta de conexão USB-C;
- i) Conectividade 5G, Wi-Fi 7, Bluetooth 5.3, NFC;
- j) Deverá possuir, no mínimo, os seguintes recursos de segurança: Face ID, Chip Secure Enclave e Proteção contra rastreamento de apps;
- k) Memória interna mínima de 512 GB;
- l) Câmera traseira de no mínimo 48 megapixels; deverá possuir a tecnologia Teleobjetiva com capacidade de 12MP com zoom óptico até 5x.
- m) Deverá permitir Zoom digital de até 25x;
- n) deverá permitir configuração no Modo Noite em todas as lentes;
- o) Deverá permitir gravação de vídeo na tecnologia 4k, no mínimo, até 60 fps;
- p) Câmera frontal de no mínimo 12 megapixels, com suporte a HDR e vídeo 4k com Dolby Vision;
- q) Memória RAM de no mínimo 8 GB;
- r) Cores predominantes dos aparelhos: preto, branco, prata ou outra tonalidade neutra. A cor deve ser padrão e aceita pela Contratada;
- s) Conector USB-C compatível com carregamento turbo.

t) Não pode possuir peso superior a 230 gramas.

**1.3. O prazo de vigência** da contratação será de 24 (vinte e quatro) meses contados da assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. A prorrogação da vigência é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a Contratada, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- b) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- c) Haja manifestação expressa da Contratada informando o interesse na prorrogação;
- d) Seja comprovado que a Contratada mantém as condições iniciais de habilitação;
- e) A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

1.3.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

1.3.3. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

1.3.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando a Contratada tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## **2. Justificativa para a contratação.**

### **2.1. Necessidades a serem atendidas (motivação da contratação):**

2.1.1. Proporcionar comunicação móvel que atenda às necessidades do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, com o objetivo principal de auxiliar o cumprimento das funções institucionais, estratégicas e organizacionais de forma contínua e atendimento das demandas de linhas telefônicas móveis e provisórias, no período eleitoral.

### **2.2. Objetivos a serem alcançados:**

2.2.1. A contratação visa atender às necessidades operacionais e administrativas deste Tribunal, proporcionando comunicação eficiente e conectividade móvel para os(as) magistrados(as), gestores(as) e colaboradores(as) garantindo melhor desempenho das atividades institucionais.

### **2.3. Necessidade de agrupamento dos itens em lote(s):**

2.3.1. Propõe-se a licitação dos serviços, juntamente com o fornecimento dos aparelhos em regime de comodato, em lote único, com o objetivo de garantir a padronização, evitar a fragmentação do fornecimento e facilitar a fiscalização e o gerenciamento do contrato.

### **2.4. Indicação de que os serviços são de natureza continuada, portanto, prorrogáveis:**

2.4.1. A presente contratação tem por objeto a prestação contínua de serviços de roaming nacional e telefonia móvel, por pessoa jurídica especializada, visando atender às necessidades permanentes deste Tribunal. Ressalta-se que a interrupção desses serviços comprometeria a continuidade do serviço público e o cumprimento da missão institucional do órgão.

### **2.5. Declaração da natureza do objeto:**

2.5.1. A presente contratação caracteriza-se como serviço comum de natureza continuada, com previsão de fornecimento de aparelhos em comodato, necessário à adequada execução do serviço. Tal contratação visa atender às necessidades permanentes de comunicação, sendo essencial ao exercício de suas funções institucionais.

### 3. Descrição completa da solução.

- 3.1. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração e as que foram identificadas foram incorporadas na contratação em comento.
- 3.2. Para a contratação dos serviços de telefonia Móvel Pessoal (SMP), tanto as empresas como os tomadores de serviços, e em especial os órgãos públicos, efetivam a contratação de forma semelhante à que se pretende adotar, cumprindo as respectivas exigências legais, normativas e editalícias.

### 4. Requisitos da contratação.

#### 4.1. Exigências relacionadas à manutenção, assistência técnica ou garantia.

- 4.1.1. A Contratada deverá disponibilizar consultoria técnica especializada em telecomunicações, via atendimento telefônico ou presencial, em horário comercial, com o objetivo de manter a gestão da Contratante informada das novas tecnologias disponíveis para os serviços prestados e consequentes benefícios para este Tribunal, bem como de elaborar históricos de consumo e utilização dos serviços objetos deste Termo.
- 4.1.2. A Contratada deverá atender, de imediato, às solicitações da equipe de fiscalização do contrato corrigindo, no prazo especificado, qualquer ocorrência de interrupção na prestação dos serviços contratados.

#### 4.2. Normas legais, regulamentares e convencionais com as quais a solução deve estar em conformidade.

- 4.2.1. [Instrução Normativa nº 1, de 09 fevereiro de 2024](#) que dispõe sobre os processos de contratação no âmbito do TRE-TO, compatibilizando com a Lei nº 14.133/21;
- 4.2.2. [Lei de Licitações e Contratos nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#) que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providência;
- 4.2.3. [Resolução ANATEL nº 477/2007](#) aprova o Regulamento do Serviço Móvel Pessoal – SMP;
- 4.2.4. [Resolução ANATEL nº 632/2014](#) aprova o Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações – RGC;
- 4.2.5. [Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997](#) dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador.

#### 4.3. Início, data de entrega, período de execução.

- 4.2.1. O início da execução dos serviços ocorrerá após a emissão da Ordem de Serviço, a qual indicará a data de início com prazo hábil para que a Contratada possa se organizar para a execução do objeto contratual.
- 4.2.2. A execução dos serviços ocorrerá continuamente durante a vigência estabelecida no subitem 1.3 deste instrumento.

#### 4.4. Critérios de sustentabilidade.

- 4.4.1. Os critérios de sustentabilidade exigidos neste Termo de Referência guarda compatibilidade com o Plano de Logística Sustentável do TRE-TO e de conformidade com a legislação específica sobre tema.
- 4.4.2. É de total responsabilidade da Contratada o cumprimento das normas ambientais vigentes para a execução dos serviços, no que diz respeito à: poluição ambiental, inclusive relativa a destinação adequada de aparelhos telefônicos e respectivas baterias que apresentarem defeitos durante a vigência contratual, bem como após o encerramento do contrato.
- 4.4.3. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

#### 4.5. Garantia da contratação.

- 4.5.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.5.2. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do Termo de Contrato.

4.5.3. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

## 5. Modelo de execução do objeto.

### 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. O início da execução do objeto será a partir da assinatura do Contrato e mediante envio de Ordem de Serviço (OS).

#### 5.1.2. Os serviços relacionados a seguir deverão ser prestados sem ônus para o TRE-TO:

- a) Habilitação;
- b) Portabilidade;
- c) Bloqueio por extravio ou roubo e cancelamento da linha, solução de problema de clonagem;
- d) Reativação de número de linha;
- e) Serviço de Roaming nacional.

5.1.3. A Contratada manterá os números telefônicos utilizados pela Contratante.

5.1.4. Todos os custos relacionados com materiais, equipamentos e mão de obra, destinados à instalação e ativação dos serviços aqui descritos serão de responsabilidade da Contratada.

5.1.5. O canal de atendimento às demandas operacionais deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, preferencialmente via e-mail, whatsapp ou canal 0800, desde que atue de forma eficiente.

5.1.6. As solicitações de reparos por falhas ou defeitos na prestação do serviço devem ser comunicadas aos canais de atendimento da Contratada, preferencialmente por e-mail, e deverão ser sanadas em até 2h (duas horas), contadas do recebimento da solicitação, salvo situações excepcionais ou acordadas previamente com a Assinante.

5.1.7. Dos **Smartphones em regime de Comodato** para uso efetivo, **ficará 01 (uma) unidade de reserva, não incluso no quantitativo definido no Item 1**, para fins de substituição imediata em caso de problema em algum aparelho.

5.1.8. Os **aparelhos celulares deverão ser substituídos, a cada 24 meses**, pela versão mais recente disponível no mercado, em substituição ao modelo inicialmente proposto nesta contratação.

5.1.9. Os modems USB com suporte a cartão SIM deverão ser substituídos nos casos de perda ou redução significativa de desempenho, bem como, quando devidamente solicitado pela Contratante.

### 5.2. Descrição detalhada dos Serviços:

#### 5.2.1. Serviços que devem estar inclusos no plano pós-pago:

5.2.1.1. A tecnologia a ser adotada para os acessos móveis deverá ser, preferencialmente 5G ou tecnologia mais recente, porém, não havendo disponibilidade local, será aceito as tecnologias 4G (LTE - Long Term Evolution), 3G (HSPA - High Speed Packet Access) e 2G (GSM - Global System for Mobile Communications).

5.2.1.2. A prestação de serviço de dados deverá, obrigatoriamente, ser disponibilizada em toda a área de atuação do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, com cobertura em todos os municípios do Estado.

5.2.1.3. **Pacotes de dados de no mínimo 80GB mensais, nacional ilimitado, para modem e tablets, sem pacote de voz. Cada pacote de dados deverá ser ativado em Linha (Chip) específico a ser fornecido pela Contratada.**

5.2.1.4. **A Contratada deverá ainda fornecer 50 Modems USB em comodato, compatíveis com os SIM Card e tecnologias fornecidas.**

5.2.1.5. A Contratada deverá ser empresa autorizada a prestação de Serviço Móvel Pessoal, titular e legítima possuidora dos equipamentos fornecidos para a utilização da Contratante. O sistema deverá operar em frequências autorizadas pela ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, sem que haja interferência ou compartilhamento com outros sistemas já implantados.

5.2.1.6. A empresa Contratada deverá possuir abrangência de cobertura em toda a área de atuação do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, com cobertura em todos os municípios do estado do Tocantins, nos demais estados brasileiros ou ainda por meio de convênio com outras operadoras, nas regiões onde a operadora não possua cobertura, respeitando-se o mesmo padrão tecnológico.

**5.2.2. O Sistema de comunicação móvel de telefonia celular deverá estar enquadrado nas seguintes características:**

5.2.2.1. O valor dos pacotes de voz, pacote de mensagem curtas (SMS) e caixa postal nacional e de Pacotes de dados de no mínimo 80GB, nacional ilimitado, sempre serão cobrados, para linhas (chips) em condições de utilização.

5.2.2.2. Quando uma linha atingir o limite do pacote de dados ativado, a Contratada não poderá interromper a conexão de dados da mesma nem o sinal de voz, podendo, neste caso, se houver amparo legal vigente, a limitação da velocidade até o fim do ciclo mensal.

5.2.2.3. As estações móveis (smartphones) a serem fornecidas em comodatos utilizarão dos pacotes de linhas (chips) contratados.

5.2.2.4. Todos os chips (SIM Card) fornecidos, tanto para os pacotes de voz e dados, como para os pacotes exclusivos de dados, deverão ser no formato de Corte Triplo, para facilitar o uso independente do padrão de cada equipamento/aparelho em que for utilizar os chips (Mini, Micro ou Nano chip).

5.2.2.5. Os serviços objeto desta contratação deverão ser prestado 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas.

**5.2.3. Serviço de Gerenciamento.**

5.2.3.1. Deverá ser previsto o plano de gestão para os serviços de gerenciamento e controle interno da Contratante das linhas telefônicas de telefonia celular de cada pacote contratado, cujo custo deverá ser incluso nos preços dos pacotes oferecidos.

5.2.3.2. Disponibilização de sistema Gerenciamento de Dispositivos Móveis (MDM - *Mobile Device Management*).

5.2.3.3. A Contratada deverá disponibilizar um Portal Web, de acesso via Internet, que permitirá à Contratante efetuar a gestão e controle de todas as linhas contratadas. Este portal deverá ter, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

- a) Definir o perfil de utilização de cada linha;
- b) Agrupar as linhas em centros de custos e departamentos;
- c) Disponibilizar perfil de acesso para “gestor”;
- d) O acesso ao portal deverá ser realizado mediante login com uso de senha pessoal para garantir que somente pessoas autorizadas tenham acesso às facilidades da ferramenta;
- e) Em caso de solicitação, via portal, da alteração, ativação ou cancelamento de serviços, o portal deverá gerar um protocolo de registro com número único, data e hora da solicitação.

5.2.3.4. Será de responsabilidade da Contratada a manutenção, a recuperação e a segurança dos dados do serviço de gerenciamento online.

**5.2.4. O detalhamento da fatura dos serviços de chamada de voz deve conter, no mínimo:**

5.2.4.1. Área de registro de origem (no caso de roaming internacional, deve ser informado o país de origem);

5.2.4.2. Área de registro ou localidade de destino;

5.2.4.3. Números chamado e chamador;

5.2.4.4. Data e horário (hora, minuto e segundo) do início da chamada;

5.2.4.5. Duração da chamada (hora, minuto e segundo);

5.2.4.6. O sistema de gerenciamento deverá permitir o acesso remoto do fiscal do contrato, ou de pessoas definidas pelo Tribunal, de qualquer lugar, via web;

5.2.4.7. Detalhamento da utilização do serviço de dados também poderá ser solicitado à Contratada esporadicamente, que enviará arquivo em até 3 (três) dias úteis, contados a partir da data da notificação.

**5.2.5. A Área de Cobertura, em território nacional, deverá atender no mínimo os seguintes requisitos:**

5.2.5.1. A empresa deverá ter **cobertura (voz e dados), no mínimo, em todos os perímetros urbanos dos municípios do Tocantins que são Sede de Zonas Eleitorais e Postos de Atendimento ao Eleitor (relação abaixo), com no mínimo Tecnologia 4G, e nos demais municípios do Estado do Tocantins com mínimo 3G. Assim como cobertura em todas as 27 capitais das Unidades da Federação e no Distrito Federal**, com no mínimo Tecnologia LTE Advance Pro, cujos serviços deverão ser habilitados sem ônus para a Contratante.

5.2.5.2. A comprovação de atendimento da cobertura solicitada dar-se-á por declaração e/ou pelo mapa de cobertura disponível na internet.

5.2.5.3. Municípios do Tocantins que são Sede de Zonas Eleitorais:

Ordem	N.º Zona Eleitoral	Município Sede
1	1ª	Araguaína
2	2ª	Gurupi
3	3ª	Porto Nacional
4	4ª	Colinas do Tocantins
5	5ª	Miracema do Tocantins
6	6ª	Guaraí
7	7ª	Paraíso do Tocantins
8	8ª	Filadelfia
9	9ª	Tocantinópolis
10	10ª	Araguatins
11	11ª	Itaguatins
12	12ª	Xambioá
13	13ª	Cristalândia
14	14ª	Alvorada
15	15ª	Formoso do Araguaia
16	16ª	Colméia
17	17ª	Taguatinga
18	18ª	Paranã
19	19ª	Natividade
20	20ª	Peixe
21	21ª	Augustinópolis
22	22ª	Arraias
23	23ª	Pedro Afonso

24	Posto de Atendimento	Araguacema
25	25 <sup>a</sup>	Dianópolis
26	26 <sup>a</sup>	Ponte Alta do Tocantins
27	27 <sup>a</sup>	Wanderlândia
28	28 <sup>a</sup>	Miranorte
29	29 <sup>a</sup>	Palmas
30	Posto de Atendimento	Araguaçu
31	31 <sup>a</sup>	Arapoema
32	32 <sup>a</sup>	Goiatins
33	33 <sup>a</sup>	Itacajá
34	35 <sup>a</sup>	Novo Acordo

### 5.3. Subcontratação:

5.3.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### 5.4. Ordem de Serviço:

5.4.1. Modelo de Ordem de Serviço abaixo:

Relativa ao contrato de prestação de **Serviço de Telefonia Móvel Pessoal (SMP)**, observados o Edital, o Termo de Referência e a proposta da **CONTRATADA**, os quais, independentemente de transcrição, são parte integrante deste instrumento e serão observados naquilo que não o contrarie.

#### REFERÊNCIA

1. Contrato nº \_\_\_\_/\_\_\_\_
2. Valor total do contrato no primeiro ano: **R\$**\_\_\_\_\_ (valor por extenso)
3. Prazo Contratual: 24 (vinte e quatro) meses
4. Contratada: \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_
5. Fiscal/Gestor do Contrato: \_\_\_\_\_, representado, nas ausências, pelo servidor \_\_\_\_\_.

Pela presente Ordem de Serviço, autorizamos a empresa supracitada a iniciar os serviços na data \_\_/\_\_/\_\_, objeto do contrato celebrado entre a **União**, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS**, sediado na Avenida Teotônio Segurado, Quadra 202 Norte, Conjunto 01, Lotes 01/02, em Palmas/TO, inscrito no CNPJ sob o nº 05.789.902/0001-72, e a empresa acima.

### 5.5. Recebimento.

**5.5.1. Prazos de Recebimento Definitivo dos Materiais:**

- 5.5.1.1. Prazo de entrega dos Chips com os serviços de voz e dados ativados: 15 (quinze) dias corridos, a partir da assinatura do contrato;
- 5.5.1.2. Prazo de substituição Chips defeituosos: 15 (quinze) dias corridos, a partir da comunicação;
- 5.5.1.3. Prazo de entrega dos Chips com o serviço de Dados e Modems em Comodato (Item 4 da *Descrição do objeto*): 15 (quinze) dias corridos, a partir da assinatura do contrato;
- 5.5.1.4. Prazo de entrega dos aparelhos em Comodato (Item 3 da *Descrição do objeto*): 15 (quinze) dias corridos, a partir da assinatura do contrato;
- 5.5.1.5. Prazo de substituição dos aparelhos defeituosos: 15 (quinze) dias corridos, a partir da comunicação.

**5.5.2. Após assinatura do contrato, serão entregues os aparelhos e procedida a ativação dos chips, na forma que segue:**

- 5.5.2.1. Os aparelhos cedidos em comodato deverão ser entregues acompanhados dos carregadores e demais acessórios;
- 5.5.2.2. Os aparelhos serão recebidos após verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência;
- 5.5.2.3. Os aparelhos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência;
- 5.5.2.4. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;
- 5.5.2.5. A Conexão de Dados à Internet deve funcionar em todo o território nacional sem nenhum tipo de bloqueio ou tarifação adicional pelo acesso funcionar fora de sua Área de Registro, Mobilidade dentro do território nacional;
- 5.5.2.7. Para a prestação do Serviço Móvel Pessoal (SMP), a Contratada deverá permitir a habilitação individual dos acessos móveis e fornecer os aparelhos compatíveis com sua rede de telefonia móvel, na quantidade solicitada pela contratante;
- 5.5.2.8. Haverá tolerância de até 15 (quinze) dias corridos do prazo definido no subitem 5.5.1 deste Termo, devidamente justificado pela Contratada e aceito pela Contratante.

**5.5.3. Recebimento Mensal dos Serviços:**

- 5.5.3. Os serviços serão recebidos somente definitivamente no prazo de até 10 (dez) dias úteis, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado;
- 5.5.3. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança;
- 5.5.3. O recebimento não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**5.6. Obrigações da Contratada:**

- 5.6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 5.6.2. Prestar os serviços com qualidade, garantindo o cumprimento das normas da ANATEL;
- 5.6.3. Disponibilizar canais de atendimento para suporte e esclarecimento de dúvidas;
- 5.6.4. Fornecer os aparelhos em comodato em perfeitas condições de uso;
- 5.6.5. Garantir a cobertura dos serviços conforme estabelecido no contrato;
- 5.6.6. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pela Contratante, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;

- 5.6.7. Atender às determinações regulares emitidas pela fiscalização ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informações solicitadas;
- 5.6.8. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste termo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 5.6.9. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 5.6.10. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 5.6.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- 5.6.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 5.6.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 5.6.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 5.6.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 5.6.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 5.6.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 5.6.18. Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na dispensa de licitação;
- 5.6.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 5.6.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 5.6.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 5.6.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 5.6.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 5.6.24. A contratada deverá manter os números telefônicos atualmente utilizados pela Contratante, como garantido pelo Regulamento Geral de Portabilidade (Resolução ANATEL nº 460/2007);
- 5.6.25. A entrega e instalação das linhas telefônicas deverá ser feita nos endereços indicados este Termo de Referência, dentro do horário comercial, de preferência com prévio agendamento.

## 5.7. Obrigações da Contratante:

- 5.7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com este Termo e seus anexos;
- 5.7.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Contrato;

- 5.7.3. Efetuar os pagamentos conforme estabelecido no contrato;
- 5.7.4. Comunicar eventuais problemas para que a Contratada tome providências adequadas;
- 5.7.5. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 5.7.6. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços e o cumprimento das obrigações pela Contratada;
- 5.7.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;
- 5.7.8. Efetuar o pagamento a Contratada do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo de Referência;
- 5.7.9. Aplicar à Contratada as sanções previstas na lei e neste Termo;
- 5.7.10. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;
- 5.7.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos serviços, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 5.7.12. A Administração terá o prazo de 02 (dois) meses, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
- 5.7.13. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela Contratada no prazo máximo de 02 (dois) meses;
- 5.7.14. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 5.7.15. Comunicar a Contratada na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 5.7.16. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução dos serviços, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **6. Modelo de gestão de contrato.**

### **6.1. Modo de formalização da contratação.**

- 6.1.1. Termo contratual.

### **6.2. Procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato.**

- 6.2.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.2.3. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 6.2.4. **Preposto.**

- 6.2.4.1. A Contratada deverá disponibilizar preposto, sem que isso implique acréscimos nos preços contratados, com capacidade para gerenciamento administrativo e técnico visando agilizar os contatos com os representantes da Administração durante a execução do contrato, bem como controlar a frequência de seus profissionais, providenciar a substituição nos casos de ausência no respectivo posto de trabalho, atender aos empregados em serviço (entrega de contracheques,

vale-transporte, vale-alimentação, controle de frequência, entrega de aviso prévio e advertências) e emitir os relatórios que forem solicitados pela Contratante. O eventual custo com preposto deverá constar da Taxa de Administração.

6.2.4.2. A Contratada deverá, às suas expensas, dar o suporte necessário para o exercício das atividades do preposto.

6.2.4.3. No prazo de 15 (quinze) dias após o início dos trabalhos a Contratada deverá, através de documento, informar o nome completo do gestor, seus dados pessoais, números de telefones para contato (móvel), endereço eletrônico e endereço físico. Havendo substituição do preposto, novas informações deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 24 horas.

6.2.4.4. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.2.4.5. A Contratada deverá apresentar o preposto da empresa no local da execução do objeto sempre que for solicitado pelo fiscal do contrato.

6.2.4.6. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

6.2.5. As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.2.6. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.2.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela gestão da contratação ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### **6.2.8. Fiscalização Técnica.**

6.2.8.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI).

6.2.8.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II).

6.2.8.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III).

6.2.8.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.2.8.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.2.8.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

#### **6.2.9. Gestor do Contrato.**

6.2.9.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.2.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.2.9.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.2.9.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.2.9.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.2.9.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.2.9.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

### **6.3. Mecanismos de comunicação entre o TRE-TO e a Contratada:**

6.3.1. As comunicações entre o TRE-TO e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica (e-mail/WhatsApp).

## **7. Critérios de medição e pagamento.**

### **7.1. Critérios de Medição:**

7.1.1. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.1.2. Cumprimento dos prazos e horários estabelecidos para o atendimento da demanda;

7.1.3. Conformidade da prestação dos serviços com a ordem de serviço expedida; e

7.1.4. Atendimento aos critérios mínimos estabelecidos na descrição dos serviços.

### **7.2. Critérios de Pagamento:**

7.2.1. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada caso exista pendência quanto às condições de habilitação, qualificação exigidas na licitação;

7.2.2. O Contratante pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela Contratada, nos termos do contrato, bem como o valor correspondente à quantidade de pacotes que ficarem inoperantes de forma indevida ou por problemas técnicos/defeitos.

7.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;

b) a data da emissão;

c) os dados do contrato e do órgão contratante;

d) o período respectivo de execução do contrato;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

7.2.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da Contratada;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

7.2.7. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.2.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

### **7.3. Prazo de pagamento.**

7.3.1. A Contratante realizará o pagamento no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do atesto da fatura mensal dos serviços prestados pela Contratada.

### **7.4. Forma de pagamento.**

7.4.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

## **8. Forma e critérios de seleção do fornecedor.**

### **8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:**

8.1.1. O fornecedor será selecionado pela melhor Proposta, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço para o Lote Único.

8.1.2. A proposta de preços deverá conter as especificações detalhadas dos serviços ofertados, com os preços mensal unitários de cada Item, Valor em Real, incluídas todas as despesas relativas aos impostos, seguro, suporte técnico, manutenção, taxas, passagens, estadias, fretes, serviços e demais encargos.

8.1.3. A critério do pregoeiro, a licitante deverá disponibilizar informações adicionais necessárias à comprovação do atendimento das especificações técnicas solicitadas

### **8.2. Da composição da Proposta de preços:**

<b>LOTE ÚNICO</b>
-------------------

Descrição dos Serviços	Quantidade	Valor Unit. Mensal	Valor Total Mensal	Valor Total ANUAL
Plano pós-pago com ligações ilimitadas e serviço de dados de no mínimo 40GB mensais, somente chip.	115			
Plano pós-pago com ligações ilimitadas e serviço de dados de no mínimo 40GB mensais, com smartphones em regime de comodato. sendo que deverá fornecer 01 unidade de reserva para fins de substituição imediata em caso de problema em algum aparelho.	12			
Pacote de dados, no mínimo 80GB mensais, plano pós-pago, cobertura 3G/4G/LTE Advanced ou superior, com Modens USB em regime de comodato.	50			
VALOR GERAL MENSAL				
VALOR GERAL ANUAL				

### 8.3. Exigência de qualificação técnica e habilitação:

8.3.1. A licitante deverá apresentar documento que comprove a concessão ou termo de autorização emitido pela ANATEL para prestar o Serviço de Telefonia Móvel Pessoal (SMP) e internet móvel, objeto da licitação.

8.3.2. licitante deverá apresentar atestado ou declaração de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove ter fornecido Serviço de Telefonia Móvel Pessoal (SMP) e internet móvel, no mínimo 50% da quantidade descrita no Item 1;

8.3.3. Em relação a Habilitação, a empresa deverá preencher todos os requisitos de regularidade fiscal, social e trabalhista previstos neste Termo de Referência.

8.3.1.1. Serão exigidos da Contratada, caso não esteja cadastrada no SICAF:

- a) Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, emitida em conjunto pela Secretaria da Receita Federal;
- b) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- d) No site do CNJ ([www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br)), verificar o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa; e
- e) No Portal de Transparência (site [www.portaltransparencia.gov.br](http://www.portaltransparencia.gov.br)), verificar o Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas, mantido pela Controladoria Geral da União.

8.3.4. Participação ou não de cooperativas: Será permitida a participação, desde que cumpridas as exigências do art. 16 da Lei nº 14.133/21.

8.3.5. Participação ou não de empresas reunidas em consórcio: Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os serviços de forma independente.

### 9. Estimativa do valor da contratação.

9.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso, com a finalidade de que os licitantes apresentem sua melhor proposta para o certame, nos termos previstos no art. 24 da Lei nº 14.133/2021 e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das Propostas.

### 10. Adequação orçamentária.

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do TRE-TO. A referida informação será realizada oportunamente pela unidade competente deste Regional.

## 11. Sanções administrativas em caso de descumprimento contratual.

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Contratada que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato ou instrumento equivalente;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato ou do instrumento equivalente que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato ou do instrumento equivalente;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato ou do instrumento equivalente;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato ou do instrumento equivalente;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas a Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato ou do instrumento equivalente, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima **11.1**, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima **11.1**, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- d) Multa:
  - I. Moratória: de 0,7% (zero vírgula sete por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da nota de empenho, até o limite de 10% (dez por cento);
  - II. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem **11.1**, de 8% a 10% do valor da nota de empenho;
  - III. Compensatória, para a inexecução total prevista na alínea “c” do subitem **11.1**, de 10% a 15% do valor da nota de empenho.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante a Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

11.10. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.12. Os débitos da Contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo Termo ou de outros contratos administrativos que a Contratada possua com o órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

11.13. O Contratante promoverá o registro no SICAF de toda e qualquer penalidade imposta à Contratada.

11.14. A recusa injustificada do fornecedor em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará à multa compensatória no percentual de até 15% (quinze por cento) sobre o valor da proposta e, se for o caso, à imediata perda da garantia de proposta, em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

## 12. Forma de reajustamento do contrato.

12.1. O reajustamento será realizado, se for o caso, conforme normas prescritas na Lei nº 14.133/21 e de acordo com o termo contratual.

---

**JORGE BERNARDINO DE SOUSA NETO**

**Coordenador**



Documento assinado eletronicamente em 11/06/2025, às 15:42, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

**MARCOS CESAR DOS SANTOS FARIAS**

**Chefe de Seção**



Documento assinado eletronicamente em 11/06/2025, às 15:45, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

**WILSON ALVES PEREIRA**

**Técnico Judiciário**



Documento assinado eletronicamente em 11/06/2025, às 15:46, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-to.jus.br/autenticar> informando o código verificador **000012302474329** e o código CRC **D816EB7C**.